



Ano 6 • n. 6
Teresina-PI – 2015/2016
ISSN 2176-6959

REVISTA
ELEIÇÕES
& *Cidadania*

De governista à oposição: o declínio eleitoral do PFL/DEM na Câmara Federal brasileira de 1998 a 2010

*Sara de Sousa Fernandes Epitácio*³²

*Roberta Carnelos Resende*³³

Resumo

O objetivo do presente artigo é compreender o declínio eleitoral do Partido da Frente Liberal, atual Democratas. Para tanto, foram observados o momento de gênese e desenvolvimento do partido, a participação deste nas formações das coalizões presidenciais, e, principalmente, os resultados eleitorais. Através da análise da trajetória política dos parlamentares, pretendeu-se verificar se o declínio eleitoral do partido estava relacionado a migração partidária. Entretanto, observou-se que, além das migrações, este declínio está associado sobretudo à saída dos parlamentares do cenário político.

Palavras-chave: PFL, trajetória política, declínio eleitoral.

Introdução

O Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), constituiu-se, ao lado do PMDB, em um dos principais protagonistas da política brasileira nos últimos 25 anos. O sucesso eleitoral do partido garantiu uma participação efetiva nas coalizões presidenciais, e esse apoio foi convertido em cargos ministeriais e na composição de uma bancada parlamentar coesa e disciplinada (Figueiredo, Valente, Limongi, 2000). Entre os anos de 1986 e 1998, o PFL participou diretamente da formação de todos os gabinetes presidenciais, com destaque para a parceria selada com o PSDB na década de 1990. Parceria que, de acordo com Roma (2002), amenizou o conservadorismo atribuído ao partido oferecendo-lhe uma roupagem moderna, necessária para competição política no sistema democrático recém-inaugurado.

32 Mestre em Ciências Políticas pela UFPI.

33 Mestre em Ciências Políticas pela UFPI.

Durante os governos José Sarney (1986-1990), Fernando Collor (1991-1992), Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique (1994-1998/1999-2002), o PFL permaneceu entre os partidos a ocupar o maior número de pastas ministeriais. Manter-se no governo não revela simplesmente a persistência de um comportamento fisiológico, mas, sobretudo, a obtenção de recursos políticos necessários para a manutenção do apoio de grupos organizados junto ao partido (Meneguello, 1998; Budge, Keman, 1990). Apesar da expressividade eleitoral é possível observar que, com a saída do PFL da coalizão governista, em 2002, a representatividade do partido foi reduzida sensivelmente³⁴. O objetivo principal deste artigo é compreender o declínio do PFL/DEM através da análise da trajetória política dos deputados federais. A hipótese é de que tal declínio está relacionado à saída dos deputados da cena política, ou seja, a não candidatura desses parlamentares à cargos eletivos, e à migração partidária.

Os dados foram retirados juntos ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), totalizando um universo empírico de 297 deputados federais, de 1998 a 2010. Essa análise não compreende a dinâmica das legislaturas, visto que as transições ocorridas no exercício destas (falecimento, renúncia etc.) não serão consideradas. Desse modo, embora alguns suplentes venham a assumir o cargo no decorrer da legislatura, para a presente proposta, estes serão considerados não eleitos.

O artigo divide-se em três seções: na primeira será apresentado o contexto histórico de formação do PFL; a segunda seção terá como enfoque o desempenho eleitoral do partido; na terceira parte será analisado o declínio deste partido na Câmara Federal, a partir de três perspectivas: a migração de seus partidários, a saída da cena política e as derrotas eleitorais.

1 O Partido da Frente Liberal: gênese e desenvolvimento

A fundação do PFL está estritamente relacionada ao fim do Regime Militar e a eleição do primeiro presidente civil depois de vinte anos de ditadura. Após quatorze anos de política bipartidária o sistema político brasileiro retorna ao multipartidarismo em 1979. Esta transição pode ser interpretada de duas formas: representava uma tentativa de fragmentar

³⁴ Na Câmara Federal, o partido ocupou 20,5% das cadeiras em 1998, 16,4% em 2002, 12,7% em 2006, e 8,4% nas eleições de 2010 (Fonte: TSE).

a oposição, sustentada pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), freando o seu crescimento, ou ainda, era uma possibilidade de reformular o partido governista e torná-lo mais competitivo.

Desde as eleições de 1974, o então MDB mostrava claros sinais de crescimento, tendo aumentado neste ano a sua representação de 28% para 44% dos deputados na Câmara Federal, e eleito 16 senadores contra apenas 6 da Arena - partido que sustentava o Regime, além de compor a maioria dos deputados estaduais em seis Assembléias (Ramos, 2002).

O crescimento do MDB possibilitou uma polarização da competição política brasileira mesmo sob os auspícios do regime autoritário, fato esse que resultou em medidas impostas pelo Governo, sobretudo na parte legislativa. As retaliações arenistas ao crescimento do MDB foram concretizadas em 1976 com a Lei Falcão³⁵, que estabelecia severos limites quanto à maneira pela qual os candidatos a cargos eletivos poderiam se apresentar ao eleitorado na propaganda eleitoral televisiva. Esta medida foi complementada pelo “Pacote de Abril” que previa, entre outras medidas, que um terço dos senadores seria escolhido diretamente pelo governo.

Outro fato importante para frear o crescimento do MDB foi a criação do PDS (Partido Democrático Social) em 1979³⁶, que tinha como objetivo renovar os quadros políticos arenistas e livrar o partido da alcunha de governista, como também garantir a permanência do Governo no jogo político. Entretanto, mesmo com tais medidas, a tendência declinante do PDS não pôde ser contida.

A crise econômica e a ausência de consenso no interior do PDS sobre o candidato à eleição presidencial, aliada a não aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira (favorável as eleições diretas), representou o estopim para que a ala liberal do PDS, denominada “Frente Liberal”, se articulasse e propusesse uma aliança com o PMDB. Tal aliança, denominada “Aliança Democrática” foi formada com o objetivo de garantir o retorno às eleições diretas em todos os níveis, apoiou a liberdade sindical,

35 Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976.

36 Em 1979, houve o retorno ao multipartidarismo e a permissão para a realização de eleições diretas para o Executivo Estadual. Além do MDB (PMDB), da Arena (PDS), outros três partidos foram criados: PDT (Partido Democrático Trabalhista), PT (Partido dos Trabalhadores) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Em 1982, ocorreu a primeira eleição em que participam os partidos recém-criados, entretanto, o PMDB e o PDS polarizam a cena política, pois ambos possuíam uma máquina partidária nacionalmente organizada, e juntos contavam com 90% dos congressistas eleitos em 1982, além de 97% do Senado (Lima, 1993; Melo, 2007).

propôs a retomada do crescimento econômico e a organização da Assembleia Constituinte, após a eleição de 1985. A Aliança Democrática foi consolidada com a Carta “Compromisso com a Nação”, que propunha:

O PMDB e a Frente Liberal, conscientes de suas responsabilidades perante a Nação, decidiram reunir seus esforços no propósito de promover as inadiáveis mudanças que a sociedade brasileira exige. O entendimento que selam, neste momento, é o primeiro passo para a constituição de uma Aliança Democrática, que se compromete com o destino nacional. Ao formalizá-lo, os signatários conclamam os Partidos Políticos e demais forças democráticas, animados pelo sentimento de patriotismo, a se irmanarem nesta caminhada de fé e esperança do povo brasileiro. [...] É urgente a necessidade de proceder-se a reorganização institucional do País. [...] Esta é a tarefa que cumpre empreender. Esse sentimento possibilita a Aliança Democrática estabelecer como compromissos imposteráveis e fundamentais com a Nação brasileira: Restabelecimento imediato das eleições diretas, livres e com sufrágio universal para Presidente da República, Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios [...]; convocação de Constituinte [...] Restabelecimento da Independência e prerrogativas do Poder Legislativo e do Poder Judiciário [...]³⁷

O nome de Tancredo Neves foi aprovado pela Frente Liberal para disputar as eleições de 1985, juntamente com o nome de José Sarney (PMDB) para a Vice-Presidência. Deste modo, a articulação dos dissidentes no interior do PDS tornou-se mais forte, pois José Sarney, muito embora filiado ao PMDB, era recém-egresso do PDS e possuía no partido a simpatia de várias lideranças. Através de tal composição, a chapa oposicionista liderada por Tancredo Neves vence as eleições. Tancredo não chega a tomar posse por problemas de saúde que dias depois o levariam a óbito, assumindo a presidência, o vice José Sarney.

Com a posse de Sarney foi iniciada a trajetória virtuosa do PFL, sendo que até 2002 o partido esteve presente em todas as bases governistas do executivo federal, característica que o consagrou como o “partido governista” por excelência, durante quase duas décadas, conforme poderá ser observado na próxima seção, que tratará do papel do PFL na composição de governo.

37 Compromisso com a Nação ; In: TAROUCO, Gabriela. O partido da Frente Liberal: Trajetória e papel no sistema político, IFCH/UNICAM, fevereiro/1999.

2 A formação de Governo e o PFL/DEM nas eleições

Um partido é forte nacionalmente não só quando ocupa o executivo, mas igualmente quando pertence à coalizão de governo. Em sistemas presidencialistas, multipartidários e federativos, tal como o brasileiro, as alianças partidárias nacionais são imprescindíveis para a governabilidade, além de viabilizarem recursos para a execução de políticas e para sobrevivência das organizações partidárias.

Os cargos ministeriais são exemplares neste sentido. Segundo Budge e Keman (1990), a distribuição de ministérios não é realizada de forma indiscriminada entre todos os partícipes da coalizão, mas busca uma proporcionalidade aproximada entre cadeiras parlamentares e ministérios. Ou seja, o executivo busca apoio dos partidos representados no legislativo, e estes sentem-se motivados a cooperar em troca de recursos concedidos via cargos ministeriais. (Meneguello, 1998)

Contudo, em uma perspectiva organizacional, os partidos que já nascem como partidos governistas enfrentam maiores dificuldades para se institucionalizarem (Panebianco, 2005). Assim, possuir uma gênese governista não é garantia de consolidação organizativa e êxito eleitoral. Dessa forma, os partidos governistas também precisam investir na construção de um núcleo de lideranças nacionais coesa responsável por arbitrar sobre os rumos do partido. À luz desta discussão, será observada a participação do PFL nos governos José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Inácio (Lula).

O PFL integrou a primeira coalizão governista da democracia recente. O apoio ao governo Tancredo Neves, além de marcar o nascimento da Frente Liberal, conferiu ao partido uma expressiva participação. De acordo com Meneguello (1998) a coalizão fundadora PFL/PMDB apoiou todos os governos entre 1986 e 1998. O desempenho eleitoral do PFL sempre foi apontado como um caso de sucesso na política brasileira. No momento de fundação, o partido contou com uma base parlamentar formada por 79 deputados e 17 senadores. Respectivamente 16,5% da Câmara e 24% das cadeiras do Senado (Tarouco, 1999).

Em 1990, o PFL lança como candidato próprio o ex-ministro Aureliano Chaves que obtém uma votação irrisória, terminando o pleito em oitavo lugar. O segundo turno foi realizado mediante uma forte polarização

entre o candidato da esquerda Luiz Inácio (PT), e Fernando Collor (PRN), apoiado por forças de direita. O PFL apoiou Fernando Collor, delineando claramente seu perfil no espectro ideológico.

De acordo com Meneguello (1998), o governo Fernando Collor foi bastante peculiar. O então presidente advinha do PRN, partido fragilmente organizado e inexpressivo. Sob forte denúncia de corrupção contra o governo central e o iminente impeachment do presidente Collor, o PFL afasta-se da coalizão governista, e retornando ao poder em apoio ao governo de Itamar Franco. Neste governo, juntamente com o PSDB, o PFL passou a articular as eleições de 1994.

A eleição de 1994 foi vencida pelo Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que obteve notoriedade política mediante a implantação do “Plano Real”. O sucesso deste programa econômico foi surpreendente que paralisou a oposição e garantiu a vitória ao PSDB ainda em primeiro turno (Couto e Abrucio, 2003).

Nas eleições de 1994, o PFL manteve-se como o segundo maior partido, elegendo 17,3% dos deputados federais e 20,3% dos senadores. A coligação PFL/PSDB garantiu êxito aos dois partidos elevando o PSDB à condição de terceiro maior partido em número de votos e, por outro lado, estabilizou a representatividade do PFL.

Figueiredo, Limongi e Valente (2000), ao analisar o primeiro governo Fernando Henrique, destacam que este foi marcado por uma agenda reformista, e para que este programa fosse aprovado, o governo ampliou a participação dos partidos da aliança eleitoral. O PFL foi um parceiro necessário, pois possuía uma significativa bancada parlamentar que apoiou as medidas reformistas, manteve uma elevada disciplina partidária no congresso nacional, superior ao próprio partido do governo (PSDB). Em contrapartida, o PSDB concedeu ao PFL os principais ministérios, em termos de recursos disponíveis.³⁸

O ano de 1998 consagrou a vitória da coligação, com a reeleição

38 Na realidade, apenas o Ministério da Previdência, por todo o período controlado pelo PFL, é responsável por quase 47% do total de gastos dos ministérios (excluídos os militares). Os dois outros ministérios ocupados pelo PFL – Minas e Energia e Meio Ambiente respondem, portanto, por parcela pequena dos gastos governamentais. A indicação do PTB para o ministério da Agricultura pode ser atribuída ao interesse dos parlamentares deste partido na política para o setor. Levando em conta ainda interesses dos partidos em áreas específicas de políticas públicas, cabe ressaltar que para um partido como o PFL, dependente de recursos de patronagem, é sem dúvida importante o controle do ministério da Previdência (Figueiredo, Limongi e Valente, 2000).

em primeiro turno de Fernando Henrique. Nesta eleição, o PFL ultrapassou o PMDB e consagrou-se como o maior partido no Congresso Nacional, com 20,7% dos deputados federais e 18,5% dos senadores. Apesar da manutenção da aliança entre PSDB/PFL nas eleições de 1998, houve uma crise na relação entre os dois partidos. Era notória a ampliação do peso da Frente Liberal no governo FHC, pois, do primeiro para o segundo mandato psdebista, o PFL ampliou ainda mais seu peso nos cargos ministeriais³⁹.

De acordo com Corbellini (2005), a condição de parceiro principal do governo FHC conferiu ao PFL certa autonomia para articular uma candidatura própria para as eleições de 2002. Para arrefecer a expansão do PFL, o PSDB que igualmente pretendia lançar um candidato do partido para as eleições presidenciais, procurou enfraquecer o PFL e aproximar-se do PMDB. Contudo, o PSDB estava em desvantagem, pois o otimismo do sucesso eleitoral obtido na reeleição não foi mantido.

Nos anos iniciais do segundo governo Fernando Henrique, uma grave crise econômica, iniciada na Rússia, alastrou-se pelo país (Couto e Abrucio, 2003). O controle da crise econômica significava o aval para que o presidente pudesse direcionar sua sucessão. Este controle não aconteceu e, conseqüentemente, a popularidade do governo declinou. No âmbito da base governista, ganhou destaque as disputas entre o PFL, liderado por Antônio Carlos Magalhães, e o PMDB, ambos em busca de um apoio formal do PSDB às possíveis candidaturas para as eleições de 2002.

Antonio Carlos Magalhães foi cassado em 2001, após ter violado o painel de votação do Senado. Paralelamente aos estratagemas do PSDB, o PFL consolidava a candidatura à Presidência da então governadora do Maranhão Roseana Sarney. Devido a alguns escândalos de corrupção envolvendo o marido de Roseana, a candidatura é retirada. O PFL fragmentou-se entre a candidatura de Ciro Gomes (PPS) e José Serra (PSDB). Para Corbellini (2005), a dificuldade de se manter uma aliança entre os dois partidos deveu-se, principalmente, a proximidade ideológica entre ambos.

39 Em 1994 deteve três ministérios: Ministério da Previdência, Ministério de Minas e Energia e Ministério do Meio Ambiente. Em 1998, ocupa quatro Ministérios; Meio Ambiente, Minas e Energia, Ministério da Defesa e Ministério de Esportes e Turismo. Entretanto, em termos de recursos disponíveis os ministérios ocupados no ano de 1998 foram menos significativos (Figueiredo, Limongi e Valente, 2000).

Paradoxalmente, e isso talvez a elite peessedebista não tenha compreendido, a estabilidade e a eficiência da grande aliança se deveu justamente às diferenças entre ambos. Nesse sentido, é pertinente recuperar a ideia de Panebianco. Segundo o autor, as alianças entre partidos com grandes proximidades doutrinárias e bases sociais similares são aquelas de mais difícil manutenção, ao passo que as alianças mais estáveis são aquelas que, quando isso é possível, se estabelecem entre partidos ideologicamente distantes (idem, 2005, p. 236).

Deste modo, ambos os partidos foram derrotados nas urnas. Com a eleição do governo petista em 2002, o PFL sofreu uma redução de 20% dos seus quadros (Couto e Abrucio, 2003), e pela primeira vez atuou como oposição.

Diante desta descrição é possível observar que o PFL possui características próprias dos partidos cartéis, ou seja, longe dos recursos públicos, a participação eleitoral do partido é drasticamente reduzida, e por outro lado, a quebra dos acordos dos membros que compõem o cartel gera prejuízo eleitoral para todos os entes envolvidos (Katz e Mair, 1995).

Considerando o período de 1986 a 2010, é possível observar que o partido reduziu sua representatividade em todos os pleitos, conforme tabela 1. Em relação aos deputados federais e estaduais eleitos pelo PFL/DEM, é interessante observar que, a saída do partido da coalizão governista pode ter contribuído para o declínio do partido, pois de acordo com os dados, o percentual de cadeiras foi reduzida em aproximadamente 4% em cada uma das eleições posteriores à 1998, exceto as eleições de 2002 e 2006 para as Assembléias, em que o percentual manteve-se constante. Quando contraposto os resultados da Câmara e Assembléias, observa-se que tal declínio é ainda mais acentuado na primeira, pois há uma variação de 8% entre os anos de 2002 e 2010 nesta, e menos de 4% naquela.

Em relação ao Senado, foi possível observar que, mesmo com o fim da coalizão, a representação ainda foi ascendente, porém, no período de 2006 a 2010, houve o declínio mais abrupto, passando de 22,2% à 3,7%. Os dados apresentados podem indicar que a Câmara Federal e Assembléias Legislativas, no caso do PFL/DEM, sofreram impacto imediato da mudança ocorrida na coalizão presidencial.

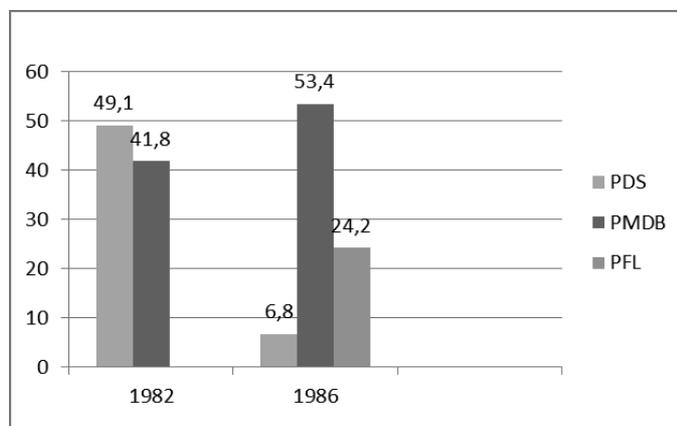
Tabela 1- Representação eleitoral do PFL/DEM na Câmara Federal, Senado e Assembléias Legislativas (1986-2010)

ELEIÇÕES/PLEITOS	1986		1990		1994		1998		2002		2006		2010	
	(%)	(N)												
A.LEGISLATIVAS	24,2	231	16	168	15,1	158	16,2	171	11,5	122	11,1	118	7,1	75
CÂMARA	24,2	118	16,5	83	17,3	89	20,5	105	16,4	84	12,7	65	8,4	43
SENADO	14,3	7	25,4	8	20,4	11	18,5	5	25,9	14	22,2	6	3,7	2

Fonte: TSE

Quando comparado à outros partidos, é relevante destacar que, em 1986, quando o PFL concorreu pela primeira vez às eleições, foi o segundo partido em número de cadeiras na Câmara Federal, somente atrás do PMDB (Gráfico 1), ou seja, este partido surgiu com forte capital político, mantido por suas lideranças egressas do PDS.

Gráfico 1- Desempenho do PDS, PMDB E PFL nas eleições para a Câmara Federal (%) (1982 - 1986)



Fonte: Dados eleitorais do Brasil (1982-2006)/ Jairo Nicolau (IUPERJ)

Nas eleições de 1990 houve uma ampliação no número de partidos representados na Câmara Federal⁴⁰. Entretanto, esta fragmentação reduziu o número de deputados eleitos pelo PFL, mas não impediu que o partido permanecesse com a segunda maior representação para este cargo. O PMDB,

⁴⁰ Nas eleições de 1986, 12 partidos compuseram a Câmara Federal, e em 1990 este número aumentou para 19.

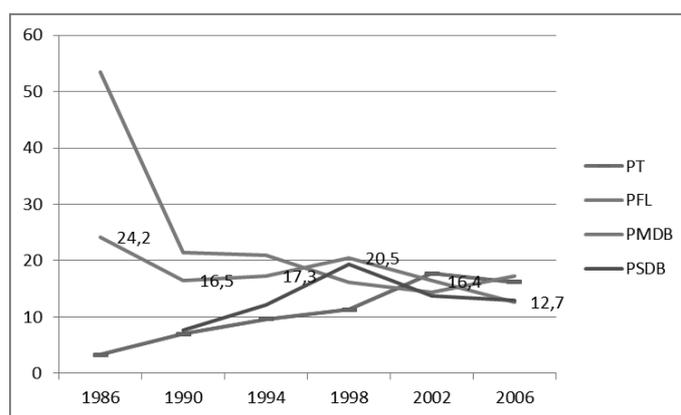
apesar de manter a maior bancada, teve seu contingente reduzido devido, possivelmente, à cisão ocorrida no partido em decorrência da fundação do PSDB.

No ano de 1994 houve uma redução da vantagem do PMDB em relação ao PFL de 5,0%, em 1990, para 3,6%, em 1994. Outra característica desta eleição foi o crescimento do PSDB. O partido sai da sétima posição em 1990, e passou a ser o terceiro partido com base nos números de cadeiras na Câmara Federal em 1994. É neste ano igualmente que o PFL e o PSDB selam um importante acordo político que perduraria até meados de 2002.

Em 1998, o PFL ultrapassou o PMDB, conquistando 20,5% das cadeiras da Câmara, enquanto o PSDB obteve 19,3%. Nestas eleições, o PMDB, pela primeira vez desde a redemocratização, perdeu a liderança. Nas eleições de 2002 há um novo reordenamento partidário. O PT assumiu a primeira posição com 17,7% entre os partidos mais expressivos eleitoralmente.

Agrupando todas estas informações, é possível observar, no Gráfico 2, que o PFL configurou-se entre os quatro maiores partidos brasileiros (PT, PMDB, PSDB e PFL), no período de 1986 a 2006. Também é interessante destacar que apesar de sofrer sensíveis reduções, o PFL é o partido com menores oscilações dentre os quatro citados até as eleições de 2002, entretanto, após o afastamento da coalizão governista o partido declina sensivelmente, semelhante ao ocorrido com o PSDB.

Gráfico 2- Desempenho do PMDB, PFL, PSDB E PT na câmara federal (%) (1986-2006)



Fonte: Dados eleitorais do Brasil (1982-2002)/ Jairo Nicolau (IUPERJ)/2011

Nas eleições de 2010, o então DEM, conquistou apenas 8,4% das cadeiras na Câmara Federal (conforme tabela 1), já não encontra-se entre os quatro partidos mais expressivos, deixando seu lugar ao PP (Partido Progressista), com 8,6% das cadeiras. PT, PMDB e PSDB ocuparam, respectivamente, 16,8%, 15,2% e 10,5%, segundo dados do TSE.

Através dos dados, foi possível observar o declínio do PFL/DEM nas eleições. A próxima seção busca identificar, através da análise das trajetórias dos deputados federais, os fatores que influenciaram este declínio.

3 O declínio eleitoral do PFL: migração ou saída do cenário político?

Analisar a trajetória partidária dos deputados pode fornecer um viés de compreensão sobre a coesão interna do partido, o desenvolvimento de lealdades intrapartidárias e a presença ou ausência de incentivos que auxiliam na manutenção partidária e reduzem as zonas de incertezas, ou seja, reduzem os riscos de defecção. De acordo com Santos (2000) a trajetória percorrida pelos deputados pode oferecer a possibilidade de mensurar a durabilidade dos vínculos de lealdade e a homogeneidade no interior de cada bancada partidária.

Esta seção tem por objetivo principal identificar para onde foram os deputados federais do PFL/DEM. Pretende-se também verificar, quando observada a migração dos parlamentares, se há um padrão para esta migração, ou ainda se a maioria desses políticos se deslocou para partidos do mesmo espectro ideológico (direita)⁴¹. Para compreender este processo, considera-se duas modalidades de migração: intrapartidária – quando o parlamentar concorre pelo próprio partido, porém a outro cargo eletivo, e interpartidária – quando o parlamentar se candidata a qualquer pleito, porém pelo mesmo partido.

Para a compreensão das trajetórias políticas, considerou-se apenas as eleições para a Câmara Federal, Assembleias Legislativas, Senado, Governo dos Estados e Presidência da República, ou seja, os deputados que eventualmente, após terem obtido sucesso eleitoral nas eleições para a Câmara, concorreram às eleições municipais (prefeitos e vereadores) não serão contemplados nesta análise, e, caso haja este tipo de situação estas serão incluídas na categoria denominada “saída da cena política”.

O número total de deputados federais foi de 297, sendo 105 em

41 Ver classificação de Rodrigues (2002).

1998, 84 em 2002, 65 em 2006 e 43 em 2010. Porém, o que interessa a esta proposta de trabalho é identificar o destino dos deputados federais, que, por algum motivo, não permaneceram em seus pleitos na eleição subsequente. Por isso, ao analisar a trajetória de cada um destes, o universo empírico se reduziu para 157 casos de deslocamento, ou seja, de não reeleição, compreendidos no âmbito de três períodos eleitorais (1998-2002, 2002-2006, 2006-2010)⁴².

Nota-se, conforme a tabela 2, que quase 70% dos casos de esvaziamento do PFL se devem às migrações partidárias e à saída desses indivíduos do cenário político. De todo modo, um número bastante expressivo (25%) do declínio eleitoral se deve ao insucesso desses deputados no processo de reeleição, se opondo a ideia de que os ocupantes desse tipo de cargo, considerando as peculiaridades das escolhas dos eleitores no Brasil, dificilmente somam derrotas eleitorais. Apenas 6% desses deputados obtiveram sucesso eleitoral em outros cargos.

Tabela 2 - PARA ONDE FORAM OS DEPUTADOS FEDERAIS DO PFL (1998-2010)?

Saída do cenário político	56	36%
Migrações partidárias	52	33%
Derrotas eleitorais	40	25%
Sucesso em outros cargos	9	6%
Total	157	100%

Fonte: Elaboração Própria. Dados do TSE.

Ao desmembrar estes dados em cada um dos três períodos eleitorais, algumas constatações interessantes podem ser feitas. A tabela 3 apresenta a situação dos deputados federais do PFL eleitos em 1998, mas que em 2002 não obtiveram sucesso eleitoral. O percentual de migração é o mais alto entre as categorias construídas (35,6%), seguido por derrotas dos pefelistas e deputados que não concorreram a nenhum cargo, ambos com 27,1%.

⁴² Tais períodos eleitorais podem ser entendidos da seguinte maneira: buscou-se identificar se o deputado federal X, eleito em 2002, já havia sido eleito também em 1998, e, neste caso, será contabilizado como um caso de reeleição no ano de 2002. Se o deputado X não for novamente eleito nas eleições de 2006, ele será objeto de investigação, ou seja, seu nome será buscado junto à lista dos candidatos à Câmara Federal, Assembleias Legislativas, Senado, Governo e Presidência das eleições de 2006.

TABELA 3 - Situação dos Deputados Federais do PFL que não se reelegeram 2002

	Nº	%
Deputados que não concorreram a nenhum cargo neste ano	16	27,1
Migraram com ou sem sucesso	21	35,6
Perderam para este cargo ou outros pelo PFL	16	27,1
Permaneceram no PFL em outro cargo e obtiveram sucesso	6	10,2
Total	59	100

Fonte: Elaboração Própria. Dados do TSE.

O quadro do partido praticamente se replica nas eleições de 2006, tabela 4, com um sensível aumento no percentual de migração e dos deputados que saem do cenário político. É interessante destacar que o número de deputados federais do PFL que concorreram com sucesso a outro pleito reduz em 50%, de 6 para 3 deputados. O percentual de derrotas eleitorais do partido apresentou um tímido decréscimo em relação à eleição anterior (2,1%), mas ainda é bastante alto (25%).

Tabela 4 - Situação dos Deputados Federais do PFL que não se reelegeram 2006

	Nº	%
Deputados que não concorreram a nenhum cargo neste ano	17	30,5
Migraram com ou sem sucesso	22	39,5
Perderam para este cargo ou outros pelo PFL	14	25
Permaneceram no PFL em outro cargo e obtiveram sucesso	3	5
Total	56	100

Fonte: Elaboração Própria. Dados do TSE.

Nas eleições de 2010, tabela 5, observa-se uma espécie de consolidação do esvaziamento do PFL, que, conforme visto anteriormente, ocupou somente 43 cadeiras da Câmara Federal, mas, porém, apresentou uma lógica de esvaziamento diferente das observadas anteriormente. Nesta, 54,7% dos deputados não reeleitos também não concorreram a nenhum outro cargo, ou seja, houve um aumento superior a 20% de deputados que saíram da cena política em relação às duas eleições anteriores, e des-

se modo, mais da metade do esvaziamento do partido nesta eleição se deve ao “desaparecimento” dos próprios deputados. O número de derrotas eleitorais também permaneceu bastante alto (23,8%) e nenhum dos candidatos que estavam no partido obtiveram sucesso eleitoral em outros cargos. O percentual de migração interpartidária apresentou relativa queda em relação à eleição anterior (de 39,5% para 21,5%). Cabe aqui salientar que o número de deputados federais não reeleitos pelo PFL em 2002 foi de 59, em 2006 de 56 e nas eleições de 2010 foi de 42 deputados.

Tabela 5 - Situação dos Deputados Federais do PFL que não se reelegeram 2010

	Nº	%
Deputados que não concorreram a nenhum cargo neste ano	29	54,7
Migraram com ou sem sucesso	9	21,5
Perderam para este cargo ou outros pelo PFL	10	23,8
Permaneceram no PFL em outro cargo e obtiveram sucesso	0	0
Total	42	100

Fonte: Elaboração Própria. Dados do TSE.

Conforme observado, as migrações partidárias constituem-se em um dos principais fatores responsáveis pelo esvaziamento do PFL. Cabe agora adentrar para esta questão buscando observar para onde foram estes políticos e quais foram seus respectivos desempenhos eleitorais nos novos partidos. Para tanto, a tabela 6 apresenta o resultado da migração partidária dos deputados que concorreram ao mesmo pleito na eleição posterior. De maneira geral, o elemento mudança de partido não parece ser um determinante do sucesso ou insucesso eleitoral, visto que, considerando as três eleições, 26 deputados migraram com sucesso e 23 com derrota nas urnas.

Segundo a categorização de Rodrigues (2002), o PFL pode ser definido como um partido de direita devido aos ideais defendidos por seus partidários e a composição socioeconômica de sua bancada. Apesar dos argumentos difundidos sobre a ausência de um teor ideológico para o norteameritamento da ação dos partidos brasileiros, aliado ao personalismo que sobrepõe o candidato ao partido (Mainwaring, 1991) é possível observar, a luz do caso analisado, que há uma coerência ideológica de migração dos pefelistas. De acordo com os dados apresentados na tabela abaixo, verificou-se que

o partido a receber o maior número de deputados oriundos do PFL foi o Partido Liberal (PL), que, em 2006 sofreu fusão com o PRONA (Partido da Reedificação da Ordem Nacional) e constitui o Partido da República (PR). Assim como o PFL, o PL também foi originado por dissensões do antigo PDS, ambos os partidos também são similares em relação a sua plataforma neoliberal apresentada no início dos anos de 1990. É necessário enfatizar que a migração rumo ao PL não é justificada simplesmente por uma afinidade ideológica, mas, em grande medida, ao fato do PL compor o governo petista de 2002 a 2006. Ou seja, migrar para o PL pode ser compreendido como uma forma dos deputados ex-pefelistas permanecerem no poder.

Sobre o personalismo é possível observar que os deputados migrantes não necessariamente obtêm sucesso eleitoral nos seus novos partidos, 23 dos 49 casos de migração não obtiveram sucesso, característica que não nos permite afirmar a presença de um personalismo dos deputados em questão, ou seja, estes saem do partido e não levam consigo a “cadeira” que ocupavam. Outro aspecto importante se deve ainda a relação PL-PFL/DEM, o maior índice de migração acompanhado de sucesso eleitoral é apresentado por deputados que migraram para o PL, apenas um dos 10 deputados que ingressam no partido não obteve vitória.

Tabela 6 - Migração dos deputados federais do PFL para o mesmo cargo (Interpartidária)

PARTIDOS/ANO	2002		2006		2010		TOTAL		
	sucesso	insucesso	sucesso	insucesso	sucesso	Insucesso	sucesso	insucesso	Total
PSDB	3	0	0	1	0	0	3	1	4
PPB	3	2	0	0	0	0	3	2	5
PL	3	0	7	1	0	0	10	1	11
PMDB	1	4	1	0	0	1	2	5	7
PTB	0	2	2	1	1	0	3	3	6
PHS	0	1	0	0	0	0	0	1	1
PP	0	0	1	2	0	0	1	2	3
PV	0	0	1	0	0	0	1	0	1
PSC	0	0	0	2	0	0	0	2	2
PRTB	0	0	0	1	0	0	0	1	1
PPS	0	0	0	1	0	0	0	1	1
PDT	0	0	0	0	1	0	1	0	1
PR	0	0	0	0	1	3	1	3	4
PSB	0	0	0	0	1	0	1	0	1
PC do B	0	0	0	0	0	1	0	1	1
TOTAL	10	9	12	9	4	5	26	23	49

Fonte: Elaboração Própria. Dados do TSE.

Com relação à migração intrapartidária (tabela 7) é importante notar que no íterim de 1998-2002 há um movimento ascendente, ou seja, deputados federais que disputam cargos superiores, em particular para o senado, com relativo sucesso. Nos anos seguintes, as migrações no interior do partido são reduzidas, e quando ocorrem são marcadas por insucesso eleitoral. Em geral, os deputados migrantes do PFL buscam outros partidos para concorrer ao mesmo cargo.

Tabela 7 - Migração dos deputados federais do PFL para outros cargos (Intra e Interpartidária)

PARTIDOS/ANO Cargo/Situação	20 02				20 06						20 10				TOTAL
	DEP. EST		S EN		DEP. EST		S EN		GOV		DEP. EST		S EN		
	Suc	ins	suc	ins	Suc	Ins	suc	ins	suc	Ins	suc	ins	suc	Ins	
PFL	2	1	4	2	0	3	2	2	1	0	0	0	0	3	20
PMDB	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PSDB	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2

Fonte: Elaboração Própria. Dados do TSE.

Considerações finais

Durante o período analisado, o PFL apresentou uma trajetória marcada por significativas vitórias eleitorais. No seu momento de fundação converteu o lema democrático em uma bandeira de luta. Compôs, ao lado do PMDB, a “Aliança Liberal” em favor da convocação de uma Assembléia Constituinte e eleições diretas para a presidência da República. Desse modo, afastou-se do estigma de partido fisiológico e defendeu o restabelecimento das instituições democráticas.

Na década de noventa do século XX, apoiou o governo de Fernando Collor e obteve significativos ministérios, rompendo com o governo diante da iminência do impeachment presidencial. A vitória do presidente Fernando Henrique em 1994 e 1998, possibilitou uma participação efetiva do PFL no governo, e por outro lado garantiu ao PSDB a implementação de sua agenda política reformista, que contou como parceiro imprescindível à disciplinada bancada pefelista.

Com o findar do governo Fernando Henrique Cardoso e a crise gerada sobre seu possível sucessor, a coligação PSDB/PFL é desfeita. Este acontecimento repercutiu em ambos os partidos, através da derrota do candidato tucano à presidência e uma avalanche de denúncias de corrupção contra lideranças pefelistas.

O PFL declinou eleitoralmente em todos os pleitos disputados, exceto Senado, a partir de 2002, sendo ultrapassado pelo PT na Câmara Federal nesta eleição, e pelo PP em 2010. Nesse momento, foi possível observar o

esvaziamento do partido por dois motivos principais: migração e desistência de alguns dos seus partidários de concorrerem às eleições. Sobre essa desistência algumas hipóteses podem ser aventadas: a elevada faixa etária dos parlamentares no partido, e a ausência de incentivos internos que desencorajariam os deputados do PFL a manterem suas carreiras políticas. Entretanto, essas hipóteses poderão ser analisadas em trabalhos posteriores. No que se refere à migração foi possível observar que esta seguiu uma coerência ideológica, sendo o PL o principal receptor dos parlamentares egressos do PFL/DEM.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os Barões da Federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- ALCANTARA SAEZ, Manuel & FREIDENBERG, Flavia. **Partidos Políticos na América Latina**. Opinião. Publica. vol.8, n.2, 2002.
- ARRAIS, Manoel Ricardo. **Oligarquias e elites políticas no Piauí**: 1982-1995. Dissertação de Mestrado- Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas, 2000.
- BONFIM, Washington Luís de Sousa. **Contra todas as possibilidades**: O primeiro governo petista do Nordeste. Fundação Joaquim Nabuco, 2003. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste>> Acesso em: 12 de jan.2009.
- BUDGE, I. & KEMAN, H. **Parties and Democracy**. Coalition Formation and Government Functioning in Twenty States. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- CATANHÊDE, Eliane. **O livro do PFL**. São Paulo, Publifolha, 2001.
- CERVI, Emerson & CODATO, Adriano; In. COSTA. Luiz Domingos. - **Partidos e eleições no Paraná**: uma abordagem histórica. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 2006.
- CORBELLINI, Juliano. **O poder como vocação**: O PFL na política brasileira. Tese de Doutorado- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- COUTO, Cláudio Gonçalves & ABRUCIO, Fernando Luiz (2003). “**O Segundo Governo FHC**: coalizões, agendas e instituições”. Tempos Social. Revista de Sociologia da USP, vol. 15. n. 2. São Paulo. USP.
- DE'TTERBECK, Klaus. (2005), Cartel Parties in Western Europe? **Party Politics**, vol. 11, n. 2, pp. 173-191.
- DIAMOND, Lary & GUNTHER, Richard. **Political Parties and Democracy**. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2001.

FERREIRA, Denise Paiva. (2002), **PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)**. Goiânia: Alternativa.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGE, F.; VALENTE, A. L.. Governabilidade e concentração de poder institucional – o governo FHC. Tempo Social – **Revista de Sociologia da USP**. São Paulo: USP, FFLCH, vol. 11, nº 2, fev., 2000.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda**. São Paulo: Ática, 1994.

KATZ, Richard e MAIR, Peter. **Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the carte party**. Party Politics, nº1 Vol.1.1995.

MAIR, Peter. (1994), “Party Organizations: From Civil Society to the State”, in Katz e Mair (eds.), How Parties Organize: **Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies**. London: Sage, pp. 1-22

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº29, 2006. Disponível em:<<http://www.anpocs.org.br>>. Acesso em: 14 de mai. 2008.

MAINWARING, Scott. **Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparativa**. São Paulo, Novos Estudos Cebrap, 1991.

MAIWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel & POWER, Timothy. **Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo**. Quem são, o que defendem, quem são suas bases. SP: Ed. Paz&Terra, 2000.

SANTOS, A. M. **Migração e lealdade partidária entre deputados brasileiros**. XXIV Encontro Anual da Anpocs. Petrópolis, 2000.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo: 1985-1997**. São Paulo; Paz e Terra, 1998.

PANEBIANCO, Angelo. (1995), **Modelos de Partido: organización y poder en los partidos políticos**. Madrid: Alianza Editorial.

RAMOS, Roberto. **A face de um partido: a base política e comportamento eleitoral do PFL de Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2002.

RODRIGUES, Leoncio Martins. (2002). **Partidos políticos, ideologia e composição social**. Sao Paulo: Edusp.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.17, nº. 49, 2002.

TAROUCO, Gabriela. **O partido da Frente Liberal: Trajetória e papel no sistema político**. Dissertação de Mestrado; Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.